

# 5

Artigo

## Institucionalização da EaD nas Universidades Públicas: unicidade e gestão

*Eleonora Milano Falcão Vieira*<sup>1</sup>

*Jorge Hermenegildo*<sup>2</sup>

*Marialice Moraes*<sup>3</sup>

*Jaqueline Rossato*<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo propõe a incorporação da educação a distância nas estruturas organizacionais das Instituições Públicas de Ensino Superior, integrando a base orçamentária e o processo de gestão. Trata-se de uma análise exploratória e qualitativa, tendo como parâmetro o ensino a distância. O estudo mostra a possibilidade das Instituições Públicas de Ensino Superior atuarem na graduação, pós-graduação e extensão com unicidade de ensino presencial e a distância, bem como uma gestão integrada, a partir da inserção plena da educação a distância nas estruturas organizacionais das universidades públicas.

**Palavras-chave:** educação a distância, integração institucional, gestão.

### ABSTRACT

This article proposes the incorporation of distance education in the organizational structures of the public institutions of higher Education, integrating the base budget and management process. This is an exploratory and qualitative analysis, taking as a parameter distance learning. The study shows the possibility of public institutions of higher education acting in undergraduate, graduate and extension programs, the distinctions between classroom teaching and distance learning, as well as integrated management, based on the full integration of distance education in the organizational structures of public universities.

**Keywords:** Distance education, Institutional integration, Management.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina – [eleonora.vieira@ufsc.br](mailto:eleonora.vieira@ufsc.br).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina – [jorge@ifsc.edu.br](mailto:jorge@ifsc.edu.br).

<sup>3</sup> Universidade Federal de Santa Catarina – [mmoraes@cse.ufsc.br](mailto:mmoraes@cse.ufsc.br)

<sup>4</sup> Universidade Federal de Santa Catarina – [inerossato@gmail.com](mailto:inerossato@gmail.com)

## INTRODUÇÃO E VISÃO GERAL

O Ensino Superior e de formação técnica até pouco tempo, tinha uma área presencial muito restrita para a imensa territorialidade brasileira. Como afirma Garcia Aretio (2001) educar por meio de formas convencionais não atendem, na atualidade, às demandas sociais.

Focalizado nas capitais e eventualmente em cidades de maior adensamento populacional que no interior, o ensino superior, graduação, pós-graduação (*lato sensu*) e de formação técnica, por meio de unidades isoladas – faculdades e escolas técnicas – não proporcionava maiores opções de escolha.

As dificuldades à qualificação profissional eram enormes. Os deslocamentos, as distâncias, as condições sociais e as vagas limitadas, tornavam-se barreiras a grandes contingentes de jovens, condenados a ficarem à margem da formação intelectual além do ensino básico. Eram recursos humanos de vulto cuja qualificação teria sido de relevância para o ritmo de mudança, inovação e desenvolvimento do país.

A partir da década de 1970, deu-se um salto no número de vagas nas universidades federais, particularmente. A meta para a década era alcançar um milhão de matrículas. O crescimento na oferta de vagas possibilitou a ampliação e diversificação dos cursos. Contudo, a área de abrangência permaneceu limitada em termos de espacialidade física.

O Ensino Superior de Graduação e Pós-graduação permanecia restrito às sedes nos campus e em alguns casos aos *campi* que iam sendo implantados por algumas universidades. A evolução do quadro social e o desenvolvimento do país, na segunda metade

do século XX, e na primeira década do século XXI lançou um olhar mais atento para as vastas áreas interioranas, cujos contingentes populacionais estavam desprovidos de uma proximidade maior com a formação superior.

A interiorização da capital brasileira no centro-oeste e a dinâmica dos processos demográficos por todas as regiões geográficas da imensidão territorial do país trariam, ao natural, a discussão sobre o dimensionamento espacial do ensino superior. A questão era como alcançar grandes contingentes jovens em locais distantes.

A política dos *campi* passou a dominar as universidades públicas, o que levou a novas formas de expansão do ensino superior sobre a territorialidade brasileira. Ainda assim, a modalidade presencial nos *campi* se mostrou insuficiente diante dos custos de diversificação dos cursos imposta pela crescente aspiração dos estudantes e das próprias necessidades do país em termos de aproveitamento e qualificação de seus recursos humanos.

A educação é a base para o desenvolvimento social, cultural e econômico. Faz parte dos direitos constitucionais a que todo cidadão tem o direito de usufruir. A grande questão é como proporcionar esse direito, como dever do Estado, a todos em igualdade de oportunidades para que cada um possa construir sua identidade pessoal e profissional.

Os grandes avanços no conhecimento, os passos gigantes da tecnologia, particularmente da informação, os novos limiares da ciência tornam a presente modernidade um campo iluminado a crescentes aspirações das novas gerações. Sem discriminações, todos, em todos os lugares devem ter acesso ao conhecimento nas modalidades de ensino que se

tornam realidades pelos instrumentos disponibilizados pelas tecnologias da informação.

Uma modalidade de difusão do conhecimento e da formação fora das sedes físicas da universidade, já com experiências internacionais, foi a de educação a distância. No Brasil, concretamente, a educação a distância (EAD) teve seu momento maior de expansão por meio do Decreto 5.800 de 06/06/2006, com a criação da chamada Universidade Aberta do Brasil. Diz o Decreto: “Art. 1º – Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País”. Para Preti (2009) a UAB foi instituída para:

- oferecer, em parceria com as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), os Estados e os Municípios que fazem parte do sistema, prioritariamente, cursos de nível superior de formação inicial e continuada para professores da educação básica em diferentes áreas do conhecimento;
- ampliar o acesso à educação superior pública para reduzir as desigualdades de oferta entre as diferentes regiões do País;
- estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Assim, por iniciativa e regulação oficial, foi instituído o programa de expansão do ensino superior sob a modalidade de EAD e, a sistematização do programa ficou vinculada

a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

O Projeto da Universidade Aberta no Brasil começa a ser oficialmente implementado em 2005, a partir dos estudos do Fórum das Estatais pela Educação criado em 2004. Instituições públicas de diversas naturezas passaram a discutir os rumos e horizontes da educação que atendessem às necessidades do desenvolvimento nacional. A UAB não foi criada como uma universidade física, mas como um programa de ação educacional que propiciasse a ampliação do ensino em localidades mais afastadas dos lugares sedes das Instituições de Ensino Superior.

Essa realidade levou a uma diversidade de procedimentos na educação a distância, cujos reflexos começaram a ser sentidos de maneira inadequada. Recentemente, surgiram iniciativas acadêmicas para a institucionalização da EAD em Universidades Públicas. Portanto, este trabalho surge como um posicionamento propositivo, na tentativa de se estabelecer uma institucionalização da modalidade EAD, em unicidade, no processo de ensino, pesquisa e extensão e, igualmente, na gestão das universidades públicas.

## **A EAD COMO AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

A universidade presencial é uma unidade física com estrutura e organização para desenvolver o processo de ensino superior. É estabelecida em lugares sedes com várias categorizações e dependências jurídico-administrativas. Cada Estado da Federação Brasileira terá, em suas capitais, uma Universidade Federal por dispositivo constitucional podendo ter, também, outras dependências públicas, estaduais e municipais.

Muitas IPES expandem suas atividades para o interior, formando os campi que oferecem cursos não só de caráter geral mas, também, cursos específicos de acordo com a realidade das regiões onde se inserem. Contudo, essa espacialidade mais ampla de ensino não é suficiente para atender às demandas de regiões mais afastadas e também propiciar maior diversificação de cursos. Por outro lado, os cursos presenciais têm requisitos de ingresso limitativos em função da oferta de vagas.

Há, portanto, uma seletividade, o que deixa fora do espectro de oportunidades iguais para todos, os jovens que não dispõem de meios a uma preparação eficiente pelas circunstâncias dos lugares. Também, interessados de outras faixas de idade ficam condicionados ao nível de educação ofertada na sua região.

A educação a distância introduz uma modalidade de ensino suscetível de chegar a lugares mais afastados ou diversificados do entorno geográfico das unidades físicas universitárias ou, ainda, utilizar os *campi* distantes para a oferta de cursos na nova modalidade. Portanto, as duas modalidades podem ser aplicadas pelas Universidades Públicas como partes integrantes de seus processos de ensino. Essa prática já está em curso em várias IPES.

Os cursos a distância oferecidos pelas Universidades Públicas não fogem à regra seletiva, vestibular, e nos casos de licenciaturas com reservas, na plataforma Freire - porém ampliam a oferta de vagas ou na melhor situação criam cursos em lugares onde não há cursos superiores presenciais. Portanto, não se pode traçar um paralelo entre o ingresso nos cursos EAD patrocinados pela UAB e os pressupostos, por exemplo, observados na Open University, bem mais flexíveis nos pré-requisitos de admissão.

O desenvolvimento das tecnologias da informação, por meio de inúmeras mídias cria um campo de educação no qual há aplicação do conhecimento por presença virtual. O que se movimenta a distância é o conhecimento, a partir do momento em que ele sai da sede física onde se situa a instrumentalização do processamento de um ou mais cursos e alcança os usuários em locais afastados. Porém, a interatividade midiática acaba por colocar uma condição presencial no campo da realidade virtual.

No âmbito da educação a distância são criadas realidades de ensino pela virtualização. Lévy (1996, p.18) afirma que “a virtualização é um dos principais vetores da criação de realidade”. Se o virtual não é tangível não significa que deixa de ser real. A interatividade promovida pelos meios tecnológicos coloca frente a frente essas duas realidades, objetivando, no caso, o movimento e a geração do conhecimento.

A ampliação do ensino e, conseqüentemente, do conhecimento e da formação técnica por meio da educação a distância coloca outra questão fundamental da atualidade, o paradigma sociocultural da modernidade, salientado por Santos (2001). Aplicado ao desenvolvimento nacional em momento crítico das desigualdades sociais e culturais, o conhecimento precisa soprar em direção da áreas antes desprovidas de condições materiais, para realizar o desejo de qualificação pessoal.

A partir da criação da UAB, os cursos de graduação cresceram de 1 em 1995, com 350 matrículas, para 257 em 2007, com 972.826 matrículas (Prete, 2009). O aumento de ofertas nos últimos anos demonstra não apenas o interesse das Universidades em expandirem o

conhecimento para lugares distantes, como a demanda pelos cursos por parte das populações interioranas.

A expansão do ensino a distância não se deu apenas no âmbito das instituições de nível superior, mas muitas organizações particulares também participaram dessa modalidade de ensino. Cursos de nível fundamental, médio, graduação, pós-graduação *lato sensu*, sequenciais, complementação pedagógica e formação técnica são elencados nos informes MEC/SEED – Ministério da Educação: Secretaria de Educação a Distância (BRASIL, 2011).

Contudo, atualmente, a UAB (BRASIL/UAB, 2011) oferece por meio das instituições públicas de ensino superior, e que fazem parte do sistema, os seguintes cursos:

1. bacharelados, licenciaturas, tecnólogos e especializações;
2. especializações do programa de mídias na educação;
3. graduação em biblioteconomia;
4. especializações para professores, em parceria com a Secretaria de Educação continuada, alfabetização e diversidade (nível de pós-graduação *latu sensu*);
5. programa nacional de formação em administração pública.

Cursos em outras áreas do conhecimento podem ser programados por Universidades Federais, aumentando o leque de ofertas bem como o grau de qualificação disponibilizado. Esses cursos serão de responsabilidade das próprias universidades. À medida que a modalidade a distância amplia sua dimensão e se consolida, como forma de formação profissional dentro de padrões de qualidade, as

instituições federais reformulam o status da EAD em suas estruturas organizacionais. Em determinado nível de expansão, diversificação e qualificação dos cursos, tanto a própria UAB como programa e as entidades mantenedoras projetadas na primeira fase terão, forçosamente, de serem revistas.

Pelas regras atuais fica com os municípios e estados, de forma individual ou em consórcio, a responsabilidade de mantenedores dos polos presenciais e contratação de pessoal.

### CONCEITOS E PARTICULARIDADES

A educação a distância como modalidade de ensino superior está voltada para contingentes da população que vivem em lugares distantes no interior do Brasil. Está sistematizada em um programa como Universidade Aberta do Brasil. Segundo Moore e Kearsley (2007, p.9) “um sistema de educação a distância é formado por todos os processos componentes que operam quando ocorre o ensino e o aprendizado a distância. Ele inclui aprendizado, ensino, comunicação, criação e gerenciamento”. Fica, pois, bem caracterizado o alcance e a forma sistêmica no âmbito da UAB.

Segundo o Decreto 5.800/06, o programa “Universidade Aberta do Brasil” é um sistema integrado por universidades públicas que oferecem cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

Segundo o site da UAB, o sistema foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para “o desenvolvimento da modalidade a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País”. E acrescenta: fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior, respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os agentes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

Assim, ainda segundo as diretrizes do programa, o sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação, de forma consorciada.

Ao implantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixos IDH e IDEB. “Desse modo, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades” (CAPES, 2011).

Os conceitos de educação a distância são múltiplos. Porém, pode-se conceituá-la como uma modalidade de ensino na qual o conhecimento se transmite entre lugares distantes, usando as tecnologias da informação e comunicação, com a finalidade de formar e aperfeiçoar recursos humanos interiorizados. “A educação a distância é uma prática que tende a ampliar os programas de capacitação de recursos humanos, tornando-se uma ferramenta estratégica na gestão do conhecimento” (VIEIRA, 2006).

A educação a distância tem suas características peculiares. Embora faça parte do processo de ensino, de formação intelectual e técnica, a modalidade tem, no fluxo do conhecimento que se desloca de um lugar para outro, sua principal diferenciação. Essa característica ganhou expressão significativa na última década, em função do aperfeiçoamento das tecnologias da informação e comunicação. As mídias possibilitam não só o movimento do conhecimento entre lugares distantes, como proporcionam a interatividade entre os atores do processo.

Por outro lado, a educação a distância exige uma forma específica de interação entre alunos e professores, treinamento especial de tutores ou orientadores educacionais para a modalidade, espaço físico diferenciado sob a forma de polos e equipes de produção. Outra característica, no modelo atual, é a relação entre instituições públicas para a manutenção da instrumentalidade física e de recursos humanos para a operacionalização do ensino a distância. Preti (2009) relaciona como características próprias da EAD: distância física professor-aprendente; estudo individualizado e independente; uso de tecnologias;

comunicação multidirecional; abertura; adaptação; economia.

A modalidade de ensino a distância não se restringe apenas à força da conceituação e o destaque de suas características, sua justificativa torna-se maior à medida de sua contextualização qualitativa.

### **INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL E DE GESTÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

As universidades públicas têm ampliado suas atuações no campo da educação a distância. Naturalmente, trata-se de uma prática relativamente nova para instituições consagradas em outra prática, a do ensino presencial. As estruturas organizacionais das Universidades Públicas foram definidas para a funcionalidade do ensino presencial. Isso significa espaço físico construído, presença de alunos e professores, dinâmica curricular de cursos, laboratórios de pesquisa, programas de extensão, processo burocrático administrativo e recursos orçamentários para a operacionalização do sistema. Portanto, essas instituições foram criadas para a modalidade de ensino presencial.

A introdução da modalidade a distância na estrutura presencial de ensino exige, portanto, alterações no processo organizacional, em função das características diferenciadas da educação a distância. Conforme Guerra (2011), a educação a distância causou um impacto com o uso das TIC nas instituições, tanto na modalidade a distância como na tipicamente presencial. Há uma gestão particularizada a ser inserida na funcionalidade do processo de gestão da educação presencial nas universidades. Há um centro gestor a ser criado, como já vem acontecendo em

diversas universidades públicas; há um aparato tecnológico de informação e comunicação a ser introduzido e direcionado à educação a distância; há uma dimensão administrativa, pedagógica e financeira de características próprias; e ainda, há a ser considerada a produção dos materiais didáticos orientados para os cursos ofertados ou a serem ofertados.

A nova realidade que vai se consolidando nas universidades públicas, particularmente na IPES, leva a pensar em tornar essas instituições como centros de ensino, pesquisa e extensão nas duas modalidades. Há uma gestão geral para todo o processo e particularidades de gestão para cada uma das modalidades, ou seja, uma gestão geral e métodos de gestão apropriados para as duas modalidades.

A grande questão é como situar a modalidade a distância numa estrutura que foi montada para a educação presencial. Essa dificuldade terá de ser vencida num espectro mais amplo do que simplesmente agregar um novo órgão burocrático e agente funcional. De modo geral, a inserção da educação a distância nas instituições públicas de ensino superior vem sendo feita por meio de vários atos internos e inclusões administrativas e programáticas: convênios, portarias, inclusão no PDI, resolução de Conselhos, estatuto, regimento e resoluções.

Por outro lado, há, igualmente, uma variedade de vinculações da educação superior nas estruturas presenciais. Segundo informações da ATUAB (ambiente de trabalho da Universidade Aberta do Brasil em: 26/07/2010), são 2 subordinções à Pró-Reitoria de Ensino da Instituição; 4 à Pró-Reitoria de Graduação; 11 à Reitoria; e 22 não mencionadas. Aqui está uma primeira

dificuldade a ser vencida. Se a Instituição vai atuar de forma permanente nas duas modalidades não há como deixar de operacionalizar na estrutura um órgão específico. Por exemplo: uma Secretaria de Educação a distância, vinculada ao Gabinete do Reitor. Essa Secretaria será formada por diretorias responsáveis por todos os programas de EAD da Instituição. Em todas as categorizações, os agentes responsáveis terão participação nos colegiados da instituição.

A unicidade funcional para os objetivos da instituição passariam a ser mencionadas no estatuto da Instituição. Internamente, no desenrolar do processo de formação superior, as normas de funcionamento da educação a distância seriam definidas no regimento geral. O PDI da instituição também irá prever as estratégias para os dois campos de atuação institucional: presencial e a distância.

Outro item a ser considerado é o dos recursos humanos para operacionalizar atividades na própria sede da instituição, como produção programática, materiais didáticos e publicações. Nesse caso, são utilizados os recursos humanos da própria instituição, professores, tutores e estudantes monitores. A operacionalização nos polos situados nos campi da mesma forma. No caso de localidades distantes, sem instalações das instituições, a forma conveniada com o Estado ou Prefeitura, a exemplo dos polos UAB existentes, poderá ser ativada. Essas unidades da federação disponibilizarão o espaço físico e outros recursos necessários nos termos dos convênios a serem estabelecidos.

Uma mudança essencial para viabilizar a institucionalização da educação a distância nas universidades públicas será no suporte

orçamentário. Os recursos orçamentários para disponibilizar a educação a distância são alocados ao programa UAB junto à CAPES que repassa às universidades públicas, de acordo com as necessidades na implantação e operacionalização dos cursos na modalidade EAD. Uma vez institucionalizada a modalidade EAD no contexto do objetivo específico da universidade pública, o mais lógico serão os recursos financeiros para as duas modalidades, presencial e a distância, comporem o orçamento geral da instituição.

As previsões de novos cursos, tanto numa modalidade como na outra, farão parte das estratégias de desenvolvimento do ensino superior de cada universidade pública. No Plano de Desenvolvimento Institucional, as estratégias de novos cursos são definidas, o que cria indicadores de despesas para os exercícios financeiros. Não há, portanto, necessidade de manutenção de um programa periférico centralizado com uma finalidade que pode e ser de caráter institucional nas universidades públicas.

A educação a distância, como a presencial, tem sua regulação, avaliação, supervisão, credenciamento e descredenciamento como atribuições dos órgãos superiores da educação nacional. A cada universidade pública é facultada a iniciativa de proposição de cursos na modalidade EAD, com projeto pedagógico, instrumentalização necessária, recursos humanos e financeiros.

A estrutura e a organização das universidades federais com suporte em seus documentos básicos, estatuto, regimento geral, plano de desenvolvimento institucional, devem acompanhar as mudanças da época. Devem ter flexibilidade para mudanças e inovações.

A presente modernidade é a do conhecimento global, orientado para uma intelectualidade sem fronteiras, como o somatório dos conhecimentos gerados nos lugares. A compartimentação geográfica do conhecimento leva ao isolamento e, conseqüentemente, a cenários-relíquias, contrapondo-se aos cenários de vanguarda do conhecimento.

Há, presentemente, uma encruzilhada de época, uma modernidade que se esgotou e outra que chega com novos paradigmas. Paradoxalmente, o conhecimento se renova mais rapidamente que as estruturas universitárias. Santos (2001) afirma “que a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não para simples reformas parcelares”. Assim, fica claro que as universidades públicas não podem ficar engessadas em estruturas vencidas, nem fazer inclusões que se tornem unidades burocráticas ou mesmo pedagógicas estranhas. A estrutura definida no estatuto e o ordenamento organizacional no regimento geral devem ser flexíveis, possibilitando mudanças e inovações de acordo com os paradigmas da época.

A visão de uma nova plataforma educacional para o país contempla mudanças estruturais nas universidades públicas para abrigar novas modalidades de ensino, desenvolvimento de tecnologias de ponta e ciência avançada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo penetra um pouco mais no complexo problema da educação nacional. Vários debates vêm sendo travados sobre a atualidade do ensino no país, suas modalidades, metodologias, formulações curriculares, estrutura e organização das universidades públicas,

particularmente. A globalização é uma realidade não só para os eventos econômicos como, também, para todos os campos da atividade humana.

O conhecimento é um campo cognitivo suscetível de análises que implicam, diretamente, sobre a questão social e o desenvolvimento dos países. O conhecimento é o resultado do processo educacional. Ele avança, vai para a vanguarda da sociedade ou permanece atrasado, preso a um momento do tempo passado, ou ainda se movimenta lentamente em estruturas em dissonância com a época presente.

A modernidade das tecnologias da informação e da comunicação abrem novas perspectivas ao conhecimento e sua dispersão por lugares distantes, em tempo real. Ele, o conhecimento, chega e se disponibiliza a contingentes populacionais afastados dos grandes centros urbanos onde se instalam fisicamente as bases à formação das unidades acadêmicas. Populações marginalizadas do conhecimento pela distância são, paradoxalmente, integradas a ele, em tempo real, pela interatividade virtual.

As distâncias não contam mais. Contam os instrumentos de ação política disponibilizada para que o conhecimento alcance pontos da territorialidade onde ele está ausente. Se o território é vasto, como no Brasil, a ausência do conhecimento em vastas áreas potencializa as desigualdades regionais, condenando populações ao atraso numa posição de retaguarda aos centros urbanos.

A educação a distância é uma modalidade de aplicação e geração do conhecimento criada pelo avanço das tecnologias da informação e da comunicação, instrumentalizada por políticas públicas. Essa instrumentalização veio com a sistematização

de um programa sob a forma simbólica de Universidade Aberta do Brasil.

A multiplicação dos cursos e das instituições públicas interessadas na modalidade a distância abre passagem ao debate de como se deve projetar o futuro dessa modalidade de aplicação do conhecimento. As complexas questões de operacionalidade precisam ser debatidas e propostas serem oferecidas para que o processo de educação a distância se torne uma prática efetiva nas instituições públicas de ensino superior.

Muitas instituições já iniciaram a inserção da EAD em suas estruturas organizacionais e objetivos operacionais de educação superior. Há, como foi visto, diversidade no modo de inserção. É preciso, contudo, ter cuidado para que a EAD não se torne um acessório, um componente periférico e subalterno no sistema de ensino, pesquisa e extensão das universidades públicas.

Neste trabalho é colocado um posicionamento propositivo na tentativa de se estabelecer uma institucionalização da modalidade EAD em unicidade, no processo de ensino, pesquisa e extensão e, igualmente, na gestão das universidades públicas.

A ampliação do debate e novas propostas irão contribuir não só para o delineamento de procedimentos futuros em relação à EAD, como, e indispensavelmente, para as mudanças, inovações e avanços no processo educacional brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SEED. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=289&Itemid=822](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=289&Itemid=822). Acesso em: 07 out 2011.
- BRASIL. CAPES. UAB. Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php>. Acesso em: 03 out 2011.
- GARCIA ARETIO, Lorenzo. **La educación a distancia: de la teoría a la práctica**. Provença: Ariel, 2001.
- GUERRA, Beatriz E. T. Apuntes para resignificar la educación a distancia. **RIED**, v.14, nº 1, p. 55-72, 2011.
- LÉVY, Pierre. **O que é virtual**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- MOORE, Michael; KEARLEY, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- PRETI, Orestes. **Educação a distancia: fundamentos e políticas**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- VIEIRA, Eleonora Milano Falcão. **Fluxo informacional como processo à construção de modelo de avaliação para a implantação de cursos em educação a distancia**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.